

# A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril

**Manuel Braga da Cruz**

Pediram-me para abordar neste colóquio sobre o 25 de Abril a situação colonial no quadro da política internacional. A questão colonial está efectivamente na origem do 25 de Abril. O regime caiu, é certo, tanto devido a factores internos como externos, mas tanto uns como outros se reconduzem ao problema ultramarino, isto é, ao que em linguagem oficial se chamava o «problema da integridade» e que, mais propriamente, consistia no problema da integração externa.

Por isso, ao analisar as determinantes internacionais do colapso do regime, temos necessariamente que analisar o agravamento da situação colonial na perspectiva da política externa. Com efeito, foi a política ultramarina do regime que cavou inevitavelmente a sua sepultura, ao provocar, por um lado, o progressivo isolamento diplomático, e com ele o enfraquecimento político externo do regime, e por outro lado, o agravamento da insolúvel contradição entre processos de integração em curso no seio do regime e da sociedade portuguesa.

## 1. O progressivo isolamento diplomático

A primeira década do pós-guerra foi assinalada, no panorama internacional, pelo acesso à independência de grandes nações do extremo oriente (Paquistão, Índia, Indonésia, Laos, Camboja, Vietnã do Norte e do Sul) e do norte de África (Líbia, Egipto, Sudão, Marrocos, Tunísia), e culminaria em 1955 com a formação, por esses novos países, do Movimento dos Não Alinhados na Conferência de Bandung. Esse movimento independentista alastrou pelo continente africano nos começos da década de 60. As grandes potências coloniais compreenderam a inexorabilidade histórica dessa tendência, e procuram criar um novo quadro de relações internacionais com esses novos países recém-chegados à independência. A comunidade britânica e francófona, por um lado, e a Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy, por outro, traduziam esse novo posicionamento das velhas metrópoles perante antigos territórios dependentes ou subordinados. Como coroamento deste reconhecimento, a própria Assembleia-Geral das Nações Unidas fez aprovar em 1960 a conhecida *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados*.

Salazar, em Lisboa, porém, decidia colocar-se à margem, e até mesmo contra, esse processo histórico então desencadeado, rejeitando toda e qualquer transição gradual e pacífica dos territórios ultramarinos para a independência, desprezando iniciativas quer, das Nações Unidas quer dos países aliados para encontrar a tempo soluções para os problemas cuja gravidade se ia adensando no horizonte. -

O primeiro aviso veio da Índia, onde os propósitos de anexação dos territórios sob administração portuguesa começavam a ser manifestos desde começos da década de 50. Identificando liminarmente *presença* com *soberania* portuguesa, Salazar recusa peremptoriamente qualquer negociação que admita a transferência da segunda. Sobrevalorizando a capacidade própria de enfrentar os movimentos da história, parte para um radical confronto que ameaçará seriamente a primeira.

Os factos são conhecidos. Em 1954 regista-se a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli. Salazar prefere o recurso a expedientes jurídicos onde havia que prever, antecipadamente, com soluções políticas. A publicação do novo *Estatuto do Estado da Índia* em 1955, e o posterior recurso ao Tribunal Internacional de Haia para garantir o direito de passagem para os enclaves, ocultam, sob a capa do legalismo, a ausência de vontade política em procurar qualquer futura real autonomia, preservando desse modo a continuidade de uma presença secular portuguesa no Oriente e no Ultramar em geral.

A sistemática recusa em negociar ou prevenir atempadamente situações conflituais que pusessem em perigo os interesses portugueses no mundo, dão os seus trágicos resultados a partir de 1961, com a eclosão em Fevereiro da revolta em Angola, dando origem às guerras de libertação, com a ocupação simbólica em finais de Julho do Forte de S. João Baptista de Ajudá no Dahomé, e com a invasão militar em Dezembro de Goa, Damão e Diu.

A partir de então crescem as pressões internacionais sobre o governo de Lisboa para que altere a sua política ultramarina, e à medida que esta se mantém inflexível, crescem também as reprovações pela sua impenitência e rigidez, e sobretudo pela opção de opor à razão histórica dos povos a força das armas

Nas Nações Unidas multiplicam-se as iniciativas para convencer o governo de Salazar a enveredar pela descolonização, primeiro através de convites de colaboração e de medidas de persuasão, mais tarde, perante a ausência de espírito colaborante, por meio de medidas frontalmente hostis e agressivas. Das Comissões de estudo e das conversações dos primeiros anos da década de 60, passa-se progressivamente, a partir de meados da década, à aprovação de sanções contra o nosso país (Junho de 66, etc.), à preconização do corte de relações diplomáticas com Lisboa (Dezembro de 66), à expulsão ou abandono forçado de vários organismos internacionais (Conferência Mundial do Turismo em 1963, Conferência Internacional da Instrução Pública em 1964, Conferência Técnica da UNESCO em 1965, a própria UNESCO em 1971), ao apoio directo aos Movimentos de Libertação (Agosto de 1970), à sua admissão como observadores em Comissões (Setembro de 1972) e como membros em organismos, uma vez proclamada unilateralmente a independência (como foi o caso da admissão da Guiné-Bissau na FAO em Novembro de

1973).

Os governos aliados procuraram igualmente convidar o de Lisboa a colaborar com as Nações Unidas para uma autodeterminação não violenta e controlada, nomeadamente a administração norte-americana e brasileira dos recém-eleitos presidentes Kennedy e Janios Quadros. Mas em vão. Como ainda recentemente o reconheceu o então Ministro Franco Nogueira, «Portugal passou a ser um estorvo para os seus próprios aliados; por não os seguir, mas mantendo-se como aliado prejudicava a *imagem* daqueles junto do terceiro mundo; e a ordem política e constitucional portuguesa era havida por desafio e violação das normas em que os novos impérios procuravam assentar o seu poder e que pretendiam impor a todos. Além do bloco soviético, estavam contra Portugal, por razões diferentes mas paralelas, o bloco latino-americano, os Estados Unidos (e o bloco afro-asiático acrescentámos nós). Nisto consistiu o *isolamento* português» (1).

É certo que por inflexão política interna ocorrida nesses países, a posição das principais potências ocidentais se foi alterando ao longo da década em relação à questão colonial, variando porém nos anos 70 com as alterações de governo nalgumas delas, nomeadamente na Alemanha e na Inglaterra. Em todo o caso, o apoio que deram à política ultramarina foi muito mais feito pela negativa (isto é, para evitar males maiores) do que pela afirmativa (concordância de objectivos e métodos), não conseguindo desse modo evitar o crescente isolamento que o corte de relações diplomáticas encetado em 1963 pelos países da OUA desencadeou.

Sintoma desta desagregação de solidariedades internacionais dão-nos de um modo particularmente elucidativo as relações com o Vaticano. Toldadas ainda na década de 50 com o conflito surdo com a *Propaganda Fidei*, a propósito do Padroado do Oriente (2), e agravadas com a visita do Papa à Índia em 1964 - considerada pelo Ministro dos Estrangeiros como um «agravo injusto e inútil» - atingiram o seu ponto crítico com a audiência do Papa aos dirigentes dos Movimentos de Libertação em Junho de 1970, sem esquecer o subsequente agravamento de que são testemunhas os ataques ao «colonialismo português» no Sínodo dos Bispos em 1971, a expulsão de Moçambique dos missionários Pobres Brancos em 1971, de alguns padres em 1972 e do próprio Bispo de Nampula em 1974. Debilitara-se desse modo um dos grandes apoios morais da presença ultramarina portuguesa, com efeitos não só internacionais mas também internos.

*A política de guerra que se persistia em manter encontrava assim, para além da insatisfação popular e do cansaço militar, falta de apoios políticos e morais internacionais.* O governo de Lisboa, «orgulhosamente só», na conhecida expressão de Salazar, era por isso mesmo, em 1974, *um governo enfraquecido e condenado ao seu próprio solipsismo e egoísmo políticos.*

Mas para além desta razão, uma outra decorrente desta faz da questão colonial a responsável principal pela eclosão do 25 de Abril: o problema da integração.

## 2. Integração ultramarina versus integração europeia

A defesa de uma política ultramarina integracionista obrigou logicamente o governo de Salazar à adopção crescente de consequentes medidas de política económico-social que, alterando o antigo relacionamento colonial, estabeleciam a necessidade de unificação económico-social do então chamado «espaço português», isto é da metrópole e do ultramar.

Por outro lado, o desencadear do processo de unificação europeia, com a assinatura do Tratado de Roma em 1957, exercia sobre Portugal um efeito de atracção que se revelava de difícil, senão impossível, compatibilidade com o projecto, apresentado em 1961 pelo Ministro Correia de Oliveira, de criação de um Mercado Comum Português.

Com efeito, nesse mesmo ano fulcral de 1961 intensificou-se os apelos internos à preparação para a unificação europeia, como por exemplo o que Ferreira Dias dirigiu nesse sentido aos industriais portugueses. Admite-se então oficialmente uma futura adesão à CEE, mas desde que essa adesão atendesse, na expressão do mesmo Ministro Correia de Oliveira, à estrutura política interna do regime, à posição do Ultramar, e às necessidades do desenvolvimento económico: Assim o regime político vigente, a sua política ultramarina e o atraso económico eram oficialmente reconhecidos como obstáculos ou problemas na perspectiva de uma futura integração que ninguém ousava então repudiar abertamente. As negociações com a CEE foram por isso até solicitadas pelo governo português logo em 1962.

O governo de Salazar pretendia usufruir das vantagens da integração europeia sem perder a exclusividade dos benefícios da dominação ultramarina. «Assim como temos um particular interesse ao mercado europeu - dizia Correia de Oliveira em Outubro de 1967 - também amanhã nos poderá convir a participação em arranjos comerciais ou de cooperação económica em África», sendo porém para o Ministro «inevitável uma solução que nos propusesse o levantamento de fronteiras aduaneiras (no caso em exame, a pauta exterior comum da comunidade) entre o território europeu e os demais territórios portugueses (3). Por outro lado, o governo pretendia que a integração na CEE não fosse apenas da metrópole mas de todo o território sob administração de Lisboa. «Não podemos sujeitar-nos a uma organização supranacional que tenha uma concepção física da nação europeia, limitando esta qualificação àqueles países cujo território nacional se situa exclusivamente na Europa; não podemos aceitar uma participação no mercado europeu - dizia a concluir Correia de Oliveira - que não abranja todos os territórios nacionais».

Este dilema «ou integração europeia ou integração ultramarina» resolveu-se ao longo dos anos 60 por um congelamento da primeira, que a participação na EFTA não deixaria de ir perspectivando, e por uma acelerada realização da segunda.

Com a liberalização política e económica do marcelismo a questão ganhou porém nova acuidade. a modernização tecnocrática então encetada punha na primeira ordem de prioridades a aproximação do mercado comum, sacrificando ou relegando para segundo plano problemas que a haviam refreado na década anterior. A opção surge então ligada à opção liberalizante no terreno político e económico, sendo seu porta-voz, por excelência, na renovada Assembleia Nacional, o jovem deputado liberal Pinto Leite. Em contrapartida, a opção ultramarina surge ligada às posições políticas mais irredutíveis de continuação da

política ultramarina de Salazar, que encontravam no deputado Franco Nogueira a sua mais autorizada e intransigente defesa.

«Não temos na Europa, enquanto Metr pole - disse na assembleia Nacional em Abril de 1970 o ex Ministro dos Estrangeiros da década de 60 - suficiente individualidade e tipicidade para sobreviver a um conflito de que sa ssemos derrotados, ( ... ) a nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa, e esta considera o conduz-nos hoje e no futuro, como sempre nos conduziu no passado, ao Ultramar». Criticando, por isso, os que «dão prioridade   op o européia sobre a op o ultramarina», e os que entendiam que se deveria alterar a política ultramarina para se ser europeu, acusa frontalmente que «a integra o econ mica da Europa   um mito; como   um mito a sua unidade política». Além disso, «nunca a Europa teve em conta os interesses puramente portugueses», e hoje «continuamos a não ter na Europa nenhum interesse vital a proteger». Por isso, «não temos que ser europeus ou anti-europeus: temos de pensar em termos portugueses acima e além de tudo». Com uma integra o européia - concluía Franco Nogueira - «passar mos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizar a o ultramar português: podemos estar certos que a Europa não vai cuidar da nossa prosperidade» .

A réplica dos europe istas liberais não se faria esperar. Dias depois, o deputado Pinto Leite reafirmava que «  fundamental que o país tome consciência do que o movimento centrípeto iniciado pelo Mercado Comum   irreversível e que Portugal, embora de voca o ultramarina,   também europeu, e não deve nem pode fugir-lhe. Mais tarde ou mais cedo teremos de entrar em qualquer tipo de rela o íntima com a CEE. Bom   que não se espere pelo último momento, para se ter de procurar precipitadamente uma soluço que poderá ser a menos 'conveniente». E lembrando que a epopeia ultramarina de quinhentos «foi preparada e continuada dentro do contexto europeu, e não fora ou contra ele», e que a «decadência se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa», Pinto Leite contesta que a integra o européia seja um mito mas antes uma realidade bem patente e que «a longo e a médio prazo, não subsistiremos como individualidade nacional se nos ensimesmarmos no esplêndido isolamento do espaço português». Indo mais longe, o deputado liberal acusou os «grupos de pressão» que se opunham   aproxima o do Mercado Comum de serem os mesmos que se opunham   liberaliza o do condicionamento industrial, que contribuía para o fortalecimento das estruturas monopolistas e oligopolistas e para retardar o progresso técnico da indústria, grupos de pressão esses - lembrou a terminar que existiam e actuavam no sentido de desviar o poder político a favor dos seus próprios interesses, quer directa quer indirectamente, através da opinião pública (4).

Efectivamente, a dualidade de perspectiva integracionistas parecia corresponder a contrastantes interesses não só políticos mas também econ mico-sociais. O prolongamento da guerra e da política ultramarina integracionista bloqueava a aproxima o da Europa, a moderniza o tecnológica, a liberaliza o econ mica, que, por sua vez, se afiguravam pouco ou nada compatíveis com aquelas. Foi este dilaceramento de perspectivas de integra o que acabou por minar a unidade do bloco social em que o regime se apoiava por excelência, e por provocar o enfraquecimento interno que havia de consentir o seu fim.

(1) Franco nogueira, *Diálogos Interditos*. vol. I, pp. XXX.

(2) Salazar, *Discursos*, vol. V, pp. 255 e 55.

(3) Entrevista ao «Diário de Lisboa», Outubro de 1967.

(4) José Pedro Pinto Leite, *Política Nacional e rela oes internacionais*, Lisboa, Moraes, 1970.